



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

Aos 18 dias do mês de dezembro de 2025, pelas nove horas, reuniu a Junta de Freguesia de Avenidas Novas na respetiva sede, sita na Avenida de Berna n.º 1, em Lisboa, na 8.ª reunião do mandato autárquico 2025-2029, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto único. Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026 - Proposta nº 01/PRES-TMB/2025. -----

Estiveram presentes: -----

O Senhor Presidente: Daniel da Conceição Gonçalves Silva. -----

A tesoureiro: Marina Barros Rodrigues. -----

A secretário: Emília Gonçalves da Costa e Silva Barradas de Noronha. -----

Os vogais: Nuno Charters de Azevedo Möller Miranda, Hugo Alexandre Bogas de Sousa, Odília de Lurdes Camilo Vieira e Jorge Manuel da Silveira Rodrigues Barata. -----

Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Presidente deu início à reunião, abrindo o Período da Ordem do Dia, onde foram tomadas as seguintes **DELIBERAÇÕES**: -----

Ponto único. Aprovado por maioria. -----

Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026 - Proposta nº 01/PRES-TMB/2025. -----

Presente para deliberação, o exposto na mensagem do Presidente da proposta nº 01/PRES-TMB/2025, que seguidamente se transcreve: -----

“Apresentamos o Plano de Atividades e o Orçamento para 2026 num contexto de relativa estabilidade interna, embora o cenário internacional se revele cada vez mais complexo e incerto, marcado por desafios geopolíticos intensos e uma acentuada disputa pelo poder global. Os efeitos destes acontecimentos ultrapassam os conflitos militares, aproximando-se de uma eventual batalha comercial capaz de impulsionar preços e reduzir o poder aquisitivo, com reflexos diretos na competitividade das exportações nacionais.

Este documento nasce do diálogo aberto e transparente com as forças políticas representadas, bem como com cidadãos e diversas associações, que contribuem com sugestões e críticas construtivas. Apesar de condicionado por variáveis externas e internas, o plano propõe dar início a um novo ciclo de desenvolvimento na JFAN, preparando-a



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A', 'X', 'J', 'H', and 'Hugo Bogas de Sousa'.

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

para realizar mais, com maior eficiência e capacidade de adaptação, independentemente dos desafios que o futuro venha a apresentar.

Mantemos a confiança nos caminhos que virão. O orçamento e plano ora apresentados estão desenhados para responder à imprevisibilidade, fundamentados no rigor dos recursos disponíveis e na transparência da gestão, reafirmando o compromisso com a confiança dos nossos fregueses.

Continuamos a fazer mais com menos, impulsionando o emprego, apoiando quem mais precisa e mitigando desigualdades, sempre zelando pelo equilíbrio financeiro e pela qualidade do gasto público. A primeira proposta deste mandato consolida uma abordagem que coloca a gestão humanizada no centro da política, excluindo soluções fáceis e demagogias, e reforçando o sentido de dever cumprido junto daqueles que servimos.

Após tudo o que construímos e realizámos, transmito-vos uma mensagem de esperança e firmeza para o que está por vir. Conto com o vosso apoio institucional para prosseguirmos juntos, atentos às expectativas dos nossos fregueses e determinados em dar diariamente o nosso melhor.

Com a aproximação do Natal e do início de um novo ano, desejo a todos Festas Felizes, repletas de afeto e respeito mútuo.

Muito obrigado,

O Presidente da Junta

Daniel Gonçalves.” -----

O vogal Hugo Alexandre Bogas de Sousa fez a seguinte intervenção: -----

*“A análise do Orçamento para 2026 exige mais do que uma leitura superficial de números equilibrados no papel. Exige uma **avaliação séria da sua credibilidade, coerência interna e capacidade real de execução**. É precisamente nessa análise que surgem razões objetivas para uma falta de confiança profunda nesta proposta.*

*A ANÁLISE DA RECEITA para 2026 evidencia um **orçamento estruturalmente frágil**.*

A receita total diminui cerca de 1% face a 2025, num contexto em que a despesa fixa, em especial com pessoal, aumenta de forma significativa. A Junta mantém uma forte dependência das transferências correntes, que representam cerca de 75% da receita e que, ainda assim, diminuem mais de 600 mil euros.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'f', 'ey', 'AB', and a signature that appears to be 'Rui Zano'.

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

O equilíbrio orçamental assenta em crescimentos pontuais da receita própria, nomeadamente em taxas, multas e venda de bens e serviços, sem que seja apresentado um enquadramento claro que sustente estes aumentos. As receitas de capital são residuais e não têm impacto estrutural.

Verifica-se um aumento muito significativo da receita proveniente da Ocupação da Via Pública, que passa de 369.569,00 € em 2025 para 551.829,00 € em 2026, correspondendo a um acréscimo de 182.260,00 €, cerca de +49%.

Perante esta variação expressiva, importa esclarecer que fundamentos objetivos justificam este aumento? Este aumento resulta de novos licenciamentos, alterações tarifárias, reforço da fiscalização ou maior taxa de ocupação?

Acréscce que se coloca uma questão essencial de legalidade e rigor orçamental: esta previsão cumpre o princípio da média dos últimos 24 meses, conforme exigido legalmente para a estimativa de receitas desta natureza?

Também a análise da rubrica Venda de Bens e Serviços, revela fragilidades significativas que não encontram qualquer sustentação nas Notas Prévias de Enquadramento Orçamental. Em 2026, esta receita aumenta de forma muito expressiva, passando de 676.981 € para 985.637 €, o que corresponde a um acréscimo de 308.656 €, ou seja, mais 46% face a 2025. Um crescimento desta dimensão exigiria uma fundamentação clara, detalhada e verificável, que simplesmente não existe no documento apresentado.

As Notas de Enquadramento limitam-se a referências genéricas sobre a continuidade de serviços, evolução expectável da procura e melhoria da capacidade de resposta da Junta, sem qualquer quantificação, sem identificação de novos serviços, sem menção a alterações tarifárias, novos contratos, aumento comprovado de utilizadores ou reforço estrutural da capacidade operacional.

Em nenhum momento é apresentada uma ligação concreta entre estas intenções genéricas e os aumentos muito significativos inscritos no orçamento.

Esta falta de fundamentação torna-se particularmente evidente quando se analisam os equipamentos desportivos, onde se registam aumentos muito elevados da receita sem sustentação aparente.

Também na área social e sénior, a incoerência entre o discurso, a despesa e a receita é igualmente evidente. As receitas associadas a Passeios Sociais, Colónias e outros programas aumentam de forma significativa — em alguns casos perto de 90% — ao mesmo tempo que a despesa nestas áreas é reduzida ou não reforçada. As Notas de Enquadramento não esclarecem se estes aumentos resultam de maior comparticipação exigida aos utentes, de aumento de preços ou de simples projeções otimistas. Em contraste, projetos apresentados como estruturantes,



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

como a **UNANTI**, registam crescimentos residuais, dificilmente compatíveis com a centralidade que lhes é atribuída no discurso político.

Também no domínio da **saúde e dos serviços de proximidade**, a receita cresce, como por magia, em rubricas como a **Psicologia Clínica**, sem que exista qualquer explicação. Esta ausência de explicação contrasta com a narrativa de reforço da promoção da saúde, que não encontra tradução nem na despesa nem na fundamentação da receita.

Estas são algumas observações, preocupações e perguntas que deixamos em relação á receita e onde deixamos alertas claros.

Vamos agora para a análise DO LADO DA DESPESA.

Aqui começo pela estrutura da despesa com pessoal, porque esta despesa condiciona todo o resto. O Mapa de Pessoal foi aprovado sem ter sido acompanhado do Orçamento e sem que, em momento algum, tenha sido apresentada uma **avaliação clara do seu impacto financeiro**.

Nem no Mapa de Pessoal nem no Orçamento existe uma quantificação dos custos associados às novas admissões, à criação de postos de trabalho ou à reorganização interna. Ora, é pouco credível que essa informação não exista. **Os serviços têm necessariamente esses cálculos**, porque ninguém gere recursos humanos sem conhecer os respetivos custos. O problema, portanto, não parece ser técnico; parece ser político. A informação existe, **mas mais uma vez, não é partilhada com todo o Executivo**, impedindo uma decisão informada e um escrutínio sério.

A esta omissão soma-se o facto de estarem já aprovados **aumentos salariais obrigatórios para 2026**, com impacto direto e inevitável na massa salarial: o acréscimo de **56,58 euros para remunerações até 2.631,62 euros**, o aumento de **2,15% para vencimentos superiores**, a atualização da **Remuneração Mínima Mensal Garantida para 934,99 euros** e o aumento do **subsídio de refeição para 6,10 euros**. Estes dados são conhecidos, os serviços sabem exatamente quantos trabalhadores são abrangidos por cada medida e qual o custo anual associado. Ainda assim, o Orçamento **não apresenta esses números**. Mais uma vez, não estamos perante desconhecimento técnico, mas perante uma **opção consciente de não informar o Executivo sobre o verdadeiro impacto financeiro** destas decisões.

Apesar do discurso constante nas **Notas de Enquadramento Orçamental**, a análise possível dos mapas orçamentais revela uma realidade substancialmente diferente. Em 2026, **a despesa com pessoal aumenta cerca de 26%**, passando a representar aproximadamente **67% da despesa total**, um valor que, por si só, levanta preocupações sérias quanto à sustentabilidade financeira da Junta.



A m
B
xy
x
Planned

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

Mais relevante do que o aumento global é a **composição deste crescimento**. Destaca-se o **acréscimo da despesa com pessoal em regime de tarefa ou avença**, que passa de 878.308 € em 2025 para 1.017.638 € em 2026, ultrapassando a barreira de 1 milhão de euros. Este montante corresponde a cerca de 51% do custo do pessoal dos quadros, num contexto em que o **Mapa de Pessoal é simultaneamente reforçado**, o que agrava ainda mais a rigidez da estrutura de despesa.

Este cenário contrasta frontalmente com o que é afirmado nas **Notas de Enquadramento Orçamental**, onde se refere existir um esforço contínuo para **reduzir a contratação de serviços em regime de avença**, e onde se refere ainda que se pretende evitar a sua utilização como resposta a necessidades permanentes, e assumindo como objetivo para 2026 a **continuação da redução significativa deste tipo de contratação**, através da abertura de procedimentos concursais. O que é escrito nas Notas de Enquadramento **não tem nenhuma adesão à realidade uma vez que os números refletem um aumento de 878.308 € em 2025 para 1.017.638 € em 2026**. Esta é a realidade indelmentável dos números, por mais que os queiram mascarar, o que revela a incoerência entre o discurso político e as opções orçamentais efetivamente assumidas.

Perante esta contradição, impõe-se uma questão clara e objetiva, que não pode ser ignorada: **Que funções concretas justificam, em 2026, um volume de contratação externa superior a 1 milhão de euros, quando simultaneamente se afirma que está em curso uma estratégia de redução significativa das avenças?**

Associado a isto, surgem outras opções difíceis de compreender. **As rubricas relativas às alterações obrigatórias e facultativas de posicionamento remuneratório apresentam valor zero.**

- Quer isto dizer que, em 2026, nenhum trabalhador da Junta verá o seu posicionamento remuneratório alterado, nem por imposição legal nem por decisão do Executivo?
- Ou estamos, mais uma vez, perante uma **omissão orçamental consciente**, destinada apenas a **apresentar valores mais baixos para permitir o equilíbrio formal do orçamento**, sabendo-se à partida que esta despesa terá de ser suportada ao longo do ano?

À suborçamentação da despesa com pessoal soma-se ainda o **recurso excessivo à rubrica de Outros Trabalhos Especializados**, que continua a apresentar valores elevados e uma **formulação vaga**, sendo utilizada, na prática, para acomodar situações de avença e de prestação continuada de serviços.

Este padrão é particularmente evidente no **Apoio Técnico à Atividade**, cuja dotação passa de 173.026 € em 2025 para 204.175 € em 2026, um aumento de 42%, registando um aumento significativo, apesar de não ser



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

*acompanhado de qualquer explicitação quanto às funções concretas prestadas ou à sua natureza temporária. Esta opção tem um impacto direto na **transparência do orçamento**, ao transferir para uma rubrica genérica de aquisição de serviços custos que, pela sua permanência e regularidade, deveriam estar claramente identificados como **despesa com pessoal**.*

Esta prática não é mais do que um expediente que procura contornar limites formais, ocultar vínculos permanentes e reduzir artificialmente o peso real da despesa com pessoal, falseando a leitura global do orçamento e dificultando o escrutínio político das opções assumidas.

*Convém recordar que a elaboração do orçamento obedece a **regras claras e vinculativas**. Uma dessas regras fundamentais é que **toda a despesa com pessoal tem de estar integralmente prevista**, incluindo progressões, alterações remuneratórias e encargos legais conhecidos.*

*Pode-se optar por fazer cortes, adiar investimentos ou reduzir rubricas discricionárias, mas o que não é admissível é **suborçamentar a despesa com pessoal**, porque essa despesa é obrigatória, previsível e não depende de opções políticas ao longo do ano. Quando isso acontece, o orçamento deixa de ser um instrumento sério de planeamento e transforma-se num exercício meramente contabilístico, feito para equilibrar números no papel e não para refletir a realidade financeira da Junta.*

*Ainda no âmbito do pessoal, surge na rubrica 01012 – **Suplementos e Prémios 126.412 euros**, sem qualquer explicação detalhada quanto aos critérios de atribuição, destinatários ou fundamento legal. Solicita-se esclarecimento quanto ao motivo da sua inscrição no orçamento e às situações concretas em que se prevê a sua utilização.*

*Podemos também constatar algo difícil de perceber... As despesas de representação duplicam, sem que seja apresentado qualquer enquadramento funcional que o justifique. Estará associado à criação de **três novos chefes de divisão**?*

E a rubrica de seguros de acidentes de trabalho apresenta valor zero, apesar de se tratar de uma obrigação legal. A questão é simples: onde está esta despesa contemplada e com que valor?

*Depois de absorvidos estes aumentos e opções, importa perceber o que sobra para o funcionamento corrente da Junta. E a resposta é preocupante: **sobram cerca de 2 milhões de euros para assegurar toda a atividade operacional, logística e diária dos serviços**. É com este valor que se pretende garantir trabalho no terreno, manutenção de equipamentos, comunicações, limpeza, segurança e resposta aos munícipes.*



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and a signature that appears to be 'Pauco Band'.

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

É aqui que surgem cortes que consideramos pouco credíveis.

Os combustíveis e lubrificantes sofrem um corte de 77%, ficando limitados a cerca de 15 mil euros. Não é plausível que a atividade operacional da Junta seja reduzida em três quartos; o mais plausível é que este valor seja artificialmente baixo e venha a ser reforçado ao longo do ano

Outro corte pouco credível é na rubrica de serviços de limpeza e higiene que, simplesmente, não existe, o que levanta uma questão básica: quem assegura a limpeza das instalações e equipamentos e em que rubrica está essa despesa refletida?

Também nas comunicações se verifica uma diminuição de 28%, comprometendo a capacidade de resposta dos serviço. Outra área com um corte sem justificação credível é a vigilância e segurança sofrem um corte de 50%, sem qualquer avaliação de risco conhecida que sustente esta opção.

Numa avaliação simples e evidente, perante a estrutura orçamental apresentada, torna-se evidente que o alegado equilíbrio assenta numa base frágil e insustentável. Com 67% da despesa comprometida com custos fixos de pessoal, a margem de manobra futura é praticamente inexistente, o que coloca sérias dúvidas sobre a capacidade da Junta para garantir o equilíbrio financeiro em 2026.

*Uma palavra também para a rubrica de **Outros Serviços Especializados**, que em 2026 apresenta um conjunto vastíssimo e heterogêneo de despesas, com valores significativos e sob uma ausência de explicação que revela pouco cuidado com a transparência.*

Ao votarem favoravelmente este orçamento, os vogais assumem uma responsabilidade política inequívoca pelas consequências futuras, ficando-lhes imputável a obrigação de resolver os desequilíbrios financeiros que venham a ocorrer. Esta lógica torna-se ainda mais evidente quando se analisam as áreas sociais e estratégicas da freguesia.

No Setor de Apoio à 3ª Idade, a comparação entre os valores de 2025 e 2026 demonstra que a política para a terceira idade não só não é reforçada, como é deliberadamente desvalorizada. Projetos estruturantes como a UNANTI sofrem um corte de cerca de 15%, os Passeios Sénior registam uma redução próxima dos 26%, e iniciativas como o SOS Repara mantêm uma dotação meramente simbólica, completamente desajustada face às necessidades reais de uma população envelhecida e cada vez mais vulnerável.

*Estes cortes tornam-se ainda mais graves quando confrontados com o discurso político constante nas **Notas de Enquadramento Orçamental**, onde a terceira idade é apresentada como prioridade estratégica. A realidade dos mapas financeiros desmente esse discurso: não há reforço, não há novos projetos e não há investimento*



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

proporcional. O que existe é uma política onde a retórica é ultrapassada pela realidade que demonstra que existe um desinvestimento na 3ª Idade.

Perante estes factos, torna-se inevitável concluir que a terceira idade não é uma prioridade real deste Presidente e a Vogal com esta responsabilidade no Executivo não parece ter tido a força suficiente para impedir este caminho. Quem hoje vota favoravelmente a este orçamento terá de responder politicamente amanhã pelos seus efeitos, quando a falta de investimento se traduzir em menor capacidade de apoio, menor proximidade e maior exclusão social.

Na educação, a análise detalhada do orçamento confirma que o corte de cerca de 53% nesta área não resulta de uma mera reorganização financeira, mas de opções políticas concretas e conscientes. Este desinvestimento contrasta de forma evidente com o conteúdo das Notas de Enquadramento Orçamental, onde é apresentado um discurso ambicioso, com a enumeração de múltiplos projetos, iniciativas pedagógicas, programas de inclusão, atividades intergeracionais, reforço da educação inclusiva, materiais pedagógicos e parcerias com escolas e entidades externas. Bonitas palavras escritas... apenas isso!

Esta narrativa não encontra correspondência nos mapas orçamentais. Em 2026, são reduzidos os valores das intervenções em Equipamentos Escolares para um valor ridículo de 100€, e no Programa de Apoio a Projetos Escolares o valor é reduzido de 9.230€ para 8.000€. Para além disso estas rubricas não são substituídas por qualquer medida de alcance equivalente, nem por novos projetos estruturantes, traduzindo-se num recuo efetivo do papel da Junta na política educativa local.

Ainda na Educação, no âmbito do "Concurso 25 de abril" e dando cumprimento à recomendação aprovada em Assembleia de Freguesia no anterior mandato, a Junta de Freguesia deveria continuar com a realização de um concurso para as crianças do 1.º ciclo. No entanto é referido nas Notas de Enquadramento orçamental o projeto, mas o mesmo projeto não existe nas GOPs' ao contrário do que aconteceu em 2025 que tinha uma dotação de 500 €. Faço desde já uma pergunta à Vogal responsável: Porque é que o projeto foi retirado das GOP? Vai deixar de promover esta atividade?

O contraste entre o que é afirmado nas Notas Prévias e o que é efetivamente orçamentado evidencia uma incoerência política face ao passado onde, faça-se justiça, tivemos uma vogal do CDS com esta responsabilidade, a Dra. Cristina Xarez, que era muito empenhada e que lutou sempre para conseguir mais e melhor resposta da Junta de Freguesia na política educativa local.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and a signature that appears to be 'Luís B...'. There are also some scribbles and a large 'X' mark.

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

Perante estes factos, impõe-se mais uma pergunta: É esta a nova política de educação que a nova vogal do CDS pretende? Menos investimento, menos intervenção estrutural e uma redução significativa do papel da Junta numa área estratégica para o futuro da freguesia?

Vamos ver agora a saúde. Também aqui a discrepância entre discurso e realidade orçamental é igualmente evidente. As Notas de Enquadramento Orçamental apresentam um conjunto vasto de intenções.

Todavia, a análise dos mapas financeiros revela que, apesar de um valor global ligeiramente superior em 2026, a despesa se limita essencialmente a encargos técnicos e obrigatórios, como a recolha de resíduos asséticos e a gestão corrente de instalações. Não se identificam dotações específicas em programas estruturados que sustentem as múltiplas iniciativas anunciadas nas Notas de Enquadramento Orçamental.

Na prática, não há prevenção efetiva, não há promoção estruturada da saúde, não há política pública consistente — existe apenas gestão mínima e reativa. Esta opção demonstra que a saúde também não constitui uma prioridade política efetiva, nem para a vogal responsável pelo pelouro, nem no contexto global deste orçamento, apesar do discurso apresentado.

Analisemos agora o domínio do bem-estar animal, pelouro assumido pelo vogal da Iniciativa Liberal, a divergência entre o discurso político e a realidade orçamental é também particularmente evidente. Nas Notas Prévias de Enquadramento Orçamental, o Presidente apresenta um conjunto amplo de intenções, projetos e compromissos, que incluem ações de prevenção, apoio veterinário, controlo de colónias, parcerias com associações, programas de proximidade e a construção e modernização de parques caninos.

Contudo, este enunciado não encontra qualquer correspondência nas Grandes Opções do Plano nem no orçamento. Em 2026, o bem-estar animal resume-se, na prática, a uma única rubrica no valor de 29.520 €, correspondente a um contrato de avença, sem que seja identificado qualquer projeto, ação ou iniciativa concreta que sustente as medidas anunciadas.

Mais grave ainda, vários dos projetos expressamente referidos nas Notas Prévias — incluindo os parques caninos — desaparecem por completo das GOP, sem qualquer explicação ou reprogramação financeira. Esta contradição revela não apenas a fragilidade do planeamento, mas também uma falta de transparência política, ao apresentar intenções que não se materializam em opções orçamentais verificáveis e claramente escrutináveis.

Depois de, em anos anteriores, existirem projetos e iniciativas concretas nesta área, o orçamento de 2026 limita-se a uma despesa isolada, desprovida de enquadramento estratégico. Esta opção traduz uma responsabilidade política clara: o pelouro existe, a despesa existe, mas a política pública não é visível. Coloca-se, por isso, uma pergunta



[Handwritten signatures and initials in blue ink]
Hávin Brand

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

inevitável ao vogal da Iniciativa Liberal: Este contrato de avença serve para apoiar concretamente o quê? E qual é a perspetiva de resultados efetivos para a freguesia que esta prestação de serviços vai trazer?

*Ainda nos pelouros do vogal da Iniciativa Liberal temos o **empreendedorismo**, pelouro que não existe em termos orçamentais. Temos ainda a **mobilidade** que surge completamente desprovida de investimento estruturado ou de projetos concretamente identificados. Trata-se, aliás, de pelouros atribuídos que, estranhamente, **não constam sequer do Regulamento Orgânico da Junta de Freguesia**, nem se encontram devidamente enquadrados nas **Grandes Opções do Plano**, o que revela a inexistência de uma base formal e estratégica para a sua atuação.*

*Esta ausência torna-se ainda mais grave quando confrontada com o próprio texto das Notas de Enquadramento Orçamental, que enumera um vasto conjunto de intenções no domínio do **Empreendedorismo, Economia, Comércio Local e Inovação** — desde programas estruturais de apoio ao comércio e startups, à digitalização do comércio local, ao empreendedorismo sénior e à requalificação e dinamização de mercados. Muito se enuncia e depois, na prática, nada vem definido.*

*Do mesmo modo, são anunciadas medidas ambiciosas na área da **mobilidade**, como um plano integrado de mobilidade sustentável, a melhoria da acessibilidade pedonal e a implementação de zonas 30 e reforço da segurança rodoviária. No entanto, **nenhuma destas iniciativas encontra correspondência efetiva nas Grandes Opções do Plano nem tradução concreta em dotações orçamentais identificáveis**, o que demonstra que estamos perante um exercício puro de retórica. Entre o discurso político e os instrumentos de planeamento e financiamento existe um vazio evidente.*

*Perante este cenário, é legítimo concluir que, nestes pelouros, **a política anunciada não existe para além do papel**, recaindo sobre quem é responsável — e sobre quem vota favoravelmente o orçamento — a responsabilidade política por apresentar intenções sem meios, compromissos sem execução e áreas estratégicas reduzidas a retórica sem substância.*

*Estas opções evidenciam **prioridades políticas claras**, remetendo áreas que seriam, supostamente bandeiras fundamentais, para um plano secundário e revelador da tese do “**Olha para o que eu digo, mas não olhes para o que eu faço**”.*

*Mas, acreditando eu que os vogais com pelouros atribuídos **tiveram pouca ou nenhuma intervenção no Orçamento e nas GOP**, é inevitável concluir que este é afinal o **orçamento do Presidente**, e não um orçamento construído de forma colegial.*



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

Mas reforço...não sabemos se reflete o contributo dos vogais com pelouros, mas uma certeza eu tenho. Não reflete de certeza o contributo dos vogais do PSD sem pelouros, que foram deliberadamente afastados do processo de elaboração orçamental.

Acréscce ainda às preocupações e constatações que não se identifica qualquer projeto novo no orçamento apresentado: As iniciativas nele inscritas são todas elas, projetos já existentes e criados em 2022, 2023 ou 2024. Este facto torna-se ainda mais relevante quando se constata que estamos perante um Executivo renovado, com a integração de novos partidos e de novos vogais com pelouros.

Perante este contexto, impõe-se uma questão incontornável: como é possível que um Executivo novo, com novas forças políticas a integrá-lo, apresente um orçamento sem uma única medida nova, sem qualquer contributo próprio ou orientação estratégica diferenciadora nas áreas que são responsabilidades do Presidente e dos novos vogais?

Esta ausência total de novos projetos revela falta de inovação, de planeamento e de visão de futuro, levantando sérias dúvidas sobre o grau de participação efetiva de todos os vogais na construção do orçamento ou, em alternativa, sobre a sua real autonomia e influência num processo claramente centralizado e politicamente conduzido por uma única figura.

Quando juntamos todas estas peças — crescimento acentuado da despesa permanente, dependência elevada de trabalho externo, cortes pouco credíveis no funcionamento, omissões em rubricas legalmente sensíveis e subfinanciamento de áreas sociais — o resultado é um orçamento que não transmite confiança nem previsibilidade. Um orçamento que parece hoje muito bonito no papel, mas que tudo indica, será corrigido amanhã.

Um orçamento não se avalia apenas pela lógica contabilística da igualdade entre receita e despesa. Avalia-se pela sua honestidade interna, pela coerência das opções e pela confiança que gera na sua execução. E este orçamento, infelizmente, não reúne nenhuma dessas condições.

Não acreditamos que seja executável tal como está apresentado. Não acreditamos que os cortes no funcionamento sejam reais. E não acreditamos que as omissões identificadas não venham a traduzir-se em reforços futuros. Por isso, de forma responsável e consciente, não podemos acompanhar politicamente esta proposta.

A nossa posição será, por isso, a abstenção — não como gesto de bloqueio institucional, mas como um ato de responsabilidade política e institucional, face às eventuais ilegalidades potenciais, às irregularidades orçamentais e à manifesta falta de transparência que este documento evidencia.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'f', 'm', 'es', 'P', 'X', and 'Marina Barros']

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

A aprovação deste orçamento implica assumir riscos que não são apenas políticos, mas também financeiros e legais, cujas consequências poderão recair diretamente sobre os vogais que o viabilizam com o voto favorável. Acresce que estas opções podem igualmente ter implicações diretas para a Tesoureira, enquanto responsável pela autorização e validação dos pagamentos à luz deste orçamento, nos termos legais aplicáveis.

Não podemos, por isso, associar-nos a um modelo de gestão que levanta dúvidas sérias quanto à sua conformidade, rigor e boa administração dos recursos públicos.

Avenidas Novas, 17 de dezembro de 2025. -----

A vogal tesoureira Marina Barros Rodrigues referiu que, na Educação, terminou um CDC que era o Camarim das Emoções, que eram mais de 300 mil euros. Falou com as associações de pais, com as diretoras das escolas e com as auxiliares para saber o que podiam tentar colmatar, para resolver essa situação, principalmente porque há terapias essenciais. O programado é continuar com a terapia da fala, a musicoterapia e a psicomotricidade, e é por aí que vai tentar colmatar a falha do Camarim das Emoções. Referiu ainda que existe outro CDC, o da Robótica, que vai terminar em março, e o seu compromisso é recuperar os dois CDCs. -----

Na Saúde, o que pretende é juntá-la com a Educação, principalmente por causa dos kits de higiene oral, e pretende fazer um protocolo com a Universidade Nova ao nível da saúde oral. As auxiliares também pediram formação ao nível do suporte básico de vida, estando já programada a formação com a Cruz Vermelha. Referiu pretender continuar com os postos médico e de enfermagem, e o seu objetivo é que haja um 2º posto. Referiu ainda pretender implementar a literacia financeira nas escolas, estando a tentar estabelecer um protocolo com o ISCAL. -----

O vogal Nuno Charters de Azevedo Möller Miranda referiu que ouviu a longa exposição dos vogais do PSD sobre um executivo liderado pelo PSD, em que não ouviu um único aspeto positivo sobre o orçamento, o que muito o espantou. Em relação à preocupação com os pelouros da Iniciativa Liberal, referiu que grande partes das ações e das atividades que pretende fazer e desenvolver, terão um reduzido impacto orçamental, procurando fazê-lo da forma mais barata possível. Caso seja necessária alguma posição de orçamento, pedirá oportunamente. -----

Na sua perspetiva, este orçamento está longe de ser um orçamento liberal, mas também foi feito num curtíssimo espaço de tempo, porque se andou dois meses a discutir quem era o próximo tesoureiro, e estas coisas ficaram para trás. Referiu ter percebido que o orçamento é muito semelhante ao do ano anterior, quer em valores, quer em estrutura, mas o que o espantou foram os custos de pessoal, pelo valor preocupante, uma vez que reduz opções de



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

investimento, mas existe, no entanto, equilíbrio orçamental. Os pontos fortes estão lá, principalmente na Educação e na Cultura. Percebeu que o Ambiente e o Espaço Público é o maior eixo, o que faz todo o sentido, com destaque para a Higiene Urbana, e existem investimentos elevados em Ação Social e Desporto, e gostava de perceber melhor o que são estes investimentos em desporto, calculando que se trate de manutenção e reabilitação. -----

Referiu estarmos muito dependentes de despesas correntes, de transferências da Câmara, tendo, por último, vincado que o orçamento é muito semelhante ao do ano anterior, principalmente ao nível dos valores. Questionou se era possível, ao longo do ano, e devidamente aprovadas, fazerem alterações, tendo sido respondido que sim, o que o tranquilizou, tendo ainda sido referido que em abril seria injetado o saldo de gerência, o que iria permitir uma melhor redistribuição de dinheiros. -----

O vogal Jorge Manuel da Silveira Rodrigues Barata fez a seguinte intervenção política: -----

*“Durante o mandato anterior tive a responsabilidade política pelos pelouros do **Desporto, do Espaço Público e das Zonas Verdes**, acompanhando de forma direta os equipamentos desportivos, os clubes e os espaços verdes.*

*Essa experiência permite-me hoje analisar este orçamento com **conhecimento efetivo da sua execução**, das necessidades reais do território e do impacto concreto das opções agora apresentadas.*

*De acordo com a **Nota de Enquadramento Orçamental**, o Presidente refere que vai apostar na valorização dos equipamentos, na melhoria do serviço prestado aos fregueses e na sustentabilidade da gestão.*

No entanto, quando se analisam os números do orçamento – em particular na área do Desporto – surgem contradições evidentes.

*O documento prevê que **as receitas provenientes da utilização de equipamentos desportivos aumentem cerca de 46%**. No entanto, ao analisarmos surgem as seguintes dúvidas:*

- Como se justifica um aumento de cerca de **40% na receita do Complexo Desportivo das Avenidas Novas**, quando até 15 de novembro de 2025, a receita aumentou 3% em relação a 2024?*
- Porque não existe **qualquer receita associada ao Ginásio**? O equipamento vai ser encerrado?*
- Como justifica um aumento de **95% na receita do Polidesportivo da Filipe da Mata e de 49% no Pavilhão Desportivo das Avenidas Novas**?*
- E qual é, concretamente, o projeto para o **Polidesportivo do Campo Pequeno**, que sustenta uma previsão de **44.800 € de receita**?*



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Hárcio Bento' and 'ml']

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

Mas, se de um lado temos aumento da receita que só se pode fundamentar com o aumento da utilização dos equipamentos, do outro lado temos a despesa.

E, em 2026, o investimento no desporto é de apenas 31.952 €, um valor manifestamente reduzido, muito inferior ao do ano de 2025, e insuficiente quando se prevê um aumento de utilização que justifique o acréscimo da receita apresentada. A juntar a isto temos ainda a manutenção corrente e corretiva que apenas contempla 45.000 €.

O mais preocupante é que este padrão não se limita ao Desporto. Repete-se de forma quase idêntica no Espaço Público e nas Zonas Verdes.

No Espaço Público, apesar do discurso de prioridade constante nas Notas de Enquadramento, o investimento total previsto é de 146.238 €, distribuído por várias ações, sem qualquer estratégia estrutural.

Tal como no Desporto, estamos perante intervenções pontuais incapazes de responder às necessidades acumuladas de pavimentos, mobiliário urbano e espaço de utilização coletiva.

Nas Zonas Verdes, o cenário de desinvestimento ainda mais evidente. O orçamento prevê 246.100 € no total.

Mas veja-se o ridículo... desta verba apenas 100 € são destinados a sistemas de rega.

Os restantes 246.000 € são para manutenção das Zonas Verdes o que representa menos 24% do que o valor previsto em 2025.

Em todas estas áreas – Desporto, Espaço Público e Zonas Verdes – o denominador comum é mais utilização, mais exigência e mais pressão, mas menos investimento.

O resultado só pode ser mais degradação dos equipamentos e adiamento de problemas que inevitavelmente custarão mais no futuro.

Quando cruzamos esta análise financeira com as áreas do Presidente, o quadro torna-se mais claro. As áreas do Presidente consomem 90% do orçamento total.

Apesar disso, a responsabilidade deste orçamento vai ser partilhada por quem optou por elaborar o orçamento de forma fechada, por quem excluiu contributos e por quem agora o aprova.

São essas pessoas que devem assumir integralmente as consequências políticas, financeiras e jurídicas das opções tomadas. Ao não corrigir as ilegalidades conhecidas e ao afastar quem manifestou disponibilidade para as resolver, o Presidente e os Vogais que votam a favor deste orçamento assumem, de forma consciente, o risco inerente às decisões que tomaram e às que decidiram não tomar.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including 'A', 'Jef', and 'Avenida Nova'.

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

*A nossa **abstenção** resulta de uma ponderação consciente e responsável. Não votamos favoravelmente porque este orçamento **não reflete as nossas propostas nem a nossa visão para a freguesia.***

Avenidas Novas, 18 de dezembro de 2025. -----

Referiu que o que observou foi uma inflação brutal da receita e uma diminuição, ao máximo, da despesa, sendo que o primeiro orçamento de um mandato, é o mais importante de todos, porque é por esse que se vão regular os 4 anos. Referiu ainda que, em 2021, quando tomaram posse, criticaram o anterior mandato por ter 64% de despesa sobre vencimentos, foi uma reclamação da coligação. Constatou que, neste momento, estamos perto dos 70% de despesa com vencimentos, o que é extremamente grave. Comparando com a freguesia de Alvalade, que é semelhante às Avenidas Novas, esta tem uma despesa de 48% em vencimentos e outras com valores ainda mais baixos. Considera não ser um orçamento do PSD, nem do CDS, e muito menos da Iniciativa Liberal porque não tem gorduras, mas está sim obeso de despesa. -----

A vogal secretário Emília Gonçalves da Costa e Silva Barradas de Noronha referiu que, tendo a Universidade Sénior, existe certamente um decréscimo da despesa porque se vai mudar de instalações para outras mais económicas, e as atividades da UNANTI são praticamente autossustentáveis. Tem já um círculo de conferências programadas ao longo do ano 2026, protocolos com D. Pedro V ao nível de Teatro, mais disciplinas para este ano letivo, o projeto "Dar as mãos" com várias instituições, nomeadamente o Teatro Avenidas e o ADAS, tem planeado intercâmbios com outras universidades seniores e estão a fazer diligências para levarem a turma de francês a Bruxelas, para uma conferência sobre direitos humanos. -----

O Senhor Presidente referiu que há 4 anos também deixaram de ter financeira, mas no final de outubro ficámos sem o financeiro, de forma que o Dr. António Vicente teve de agarrar a elaboração do orçamento a meio de novembro e da forma possível. -----

O vogal Jorge Manuel da Silveira Rodrigues Barata entregou o seguinte pedido de informações: -----

"Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avenidas Novas

Avenidas Novas, 18 de dezembro de 2025

Assunto: Pedido de Informações

Os requerentes abaixo-assinados, nos termos do art.º 5º da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (Lei



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Hugo Sousa', 'Jorge Barata', and 'Odília Vieira'.

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

26/2016 de 28/08), vêm solicitar que lhes seja prestada a seguinte informação:

- Quais os contratos que se encontram atualmente comprometidos na rubrica 01.01.07 e 02.02.20, e quais desses contratos transitam para o ano de 2026, com a indicação dos seguintes elementos:
 - a. Nº do contrato
 - b. Nome do contraente e NIPC
 - c. Objeto do contrato
 - d. Data de início e data de termino
 - e. Valor mensal e valor global
 - f. Declaração de existência de fundos disponíveis
 - g. Data de adjudicação
 - h. Data de publicação na basegov, se aplicável

Tendo sido reconhecido pela CADA que o pedido de acesso à informação deve, quando formulado ao abrigo da LADA, ser dirigido diretamente à entidade detentora da informação, vimos exercer formalmente esse direito.

Relevamos ainda que, o regime da LADA é autónomo e aplicável independentemente da qualidade de membros da Junta de Freguesia, pelo eu o presente pedido se funda estritamente no direito universal de acesso à informação administrativa.

Requeremos, assim, que:

Os documentos identificados sejam disponibilizados no prazo legal de 10 dias úteis, conforme artigos 15.º e 16.º da LADA;

Caso exista algum impedimento legal à divulgação, que seja emitida decisão fundamentada nos termos da mesma lei.

Com os melhores cumprimentos,

Hugo Sousa, Jorge Barata, Odília Vieira." -----

O Dr. António Vicente questionou qual foi o orçamento com o qual compararam o de 2026, tendo o vogal Hugo Alexandre Bogas de Sousa respondido que foi o inicial de 2025. O Dr. António Vicente referiu que o que conseguiu



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

fazer, no tempo que teve, foi agarrar na posição orçamental no final do mês de outubro e tentar replicá-lo para 2026. Referiu que a partir de janeiro pretende fazer um levantamento de pessoal de quadro e avançados, para ver onde se consegue reestruturar o orçamento. Este orçamento ainda vai ter a injeção do saldo de gerência em abril, logo vai ter de ser alterado nessa altura, e ainda não tem as verbas dos CDCs de mandato. Só a partir de abril é que se vai funcionar a 100%. -----

Colocada à votação, a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026 foi aprovada por maioria, com 4 (quatro) votos a favor do Senhor Presidente, da secretário Emília Gonçalves da Costa e Silva Barradas de Noronha, da tesoureira Marina Barros Rodrigues e do vogal Nuno Charters de Azevedo Möller Miranda, e 3 (três) abstenções dos vogais Jorge Manuel da Silveira Rodrigues Barata, Hugo Alexandre Bogas de Sousa e Odília de Lurdes Camilo Vieira, com a seguinte declaração de voto: -----

“A análise do Orçamento para 2026 e das Grandes Opções do Plano 2026–2030 não pode limitar-se a uma verificação meramente formal do equilíbrio contabilístico. Um orçamento é, antes de mais, um instrumento político que deve traduzir uma visão para a freguesia, uma estratégia coerente de médio prazo e a identificação clara de prioridades e projetos estruturantes. É precisamente nessa dimensão que esta proposta falha de forma mais evidente.

O documento apresentado revela uma preocupante ausência de visão, de estratégia e de ambição política. Não se identifica um rumo claro para a freguesia nem um projeto de desenvolvimento coerente e estruturado para o período 2026–2030. O planeamento estratégico de uma Junta de Freguesia não se faz ano a ano, de forma avulsa ou reativa; exige uma visão integrada e consistente de médio prazo, capaz de orientar a ação política ao longo de todo o mandato.

As Grandes Opções do Plano, enquanto instrumento plurianual por excelência, deveriam traduzir essa visão para um horizonte de quatro anos, definindo prioridades claras, objetivos mensuráveis e projetos estruturantes. No entanto, o documento apresentado limita-se, em grande medida, a elencar medidas de funcionamento corrente e ações pontuais, concentradas essencialmente no ano de 2026, sem uma lógica de continuidade, de evolução ou de impacto sustentado ao longo do período 2026–2030.

A ausência de projetos novos, de metas claras e de uma estratégia articulada para os quatro anos compromete a própria função das Grandes Opções do Plano, esvaziando-as do seu conteúdo estratégico e reduzindo-as a um mero exercício formal.

Acrece que não se identifica qualquer projeto novo no orçamento apresentado. Todas as iniciativas inscritas são projetos já existentes e criados em 2022, 2023 ou 2024.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

Este facto é particularmente relevante num contexto em que estamos perante um Executivo renovado, com a integração de novos partidos e de novos vogais com pelouros. Perante este cenário, impõe-se uma questão incontornável: como é possível que um Executivo novo, com novas forças políticas a integrá-lo, apresente um orçamento sem uma única medida nova, sem qualquer contributo próprio ou orientação estratégica diferenciadora nas áreas que tutela?

A ausência total de inovação revela falta de planeamento e de visão de futuro, levantando dúvidas sérias sobre o grau de participação efetiva destes vogais na construção do orçamento — ou, em alternativa, sobre a sua real autonomia e influência num processo claramente centralizado e politicamente conduzido por uma única figura.

A este quadro acresce uma questão de legalidade financeira particularmente grave.

Em 2025, o Executivo anterior, assumiu compromissos plurianuais sem a correspondente inscrição das verbas necessárias para os exercícios seguintes. O que se impunha ao atual Executivo era a correção dessa situação. Contudo, ao aprovar o Orçamento de 2026 sem inscrever as verbas necessárias para 2027 e anos subsequentes, os vogais que votam a favor do Orçamento repetem o erro, transformando uma ilegalidade passada numa ilegalidade continuada.

A Lei n.º 8/2012, o Decreto-Lei n.º 197/99 e a jurisprudência reiterada do Tribunal de Contas são inequívocos quanto à obrigação de cabimento e previsão orçamental dos encargos plurianuais.

Ignorar esta exigência compromete a sustentabilidade financeira do orçamento e transfere encargos certos para o futuro sem autorização nem transparência, como sucede, entre outros, com o contrato de prestação de serviços n.º 70/2025, com um encargo assumido de 14.760,00 € para 2027, e com o contrato n.º 57/2025, com encargos de 11.483,28 € para 2027 e 2.324,70 € para 2028.

A análise da receita para 2026 evidencia um orçamento estruturalmente frágil. A receita total diminui cerca de 1% face a 2025, num contexto em que a despesa fixa, em especial com pessoal, aumenta de forma significativa. A Junta mantém uma forte dependência das transferências correntes, que representam cerca de 75% da receita e que, ainda assim, diminuem mais de 600 mil euros.

O equilíbrio orçamental assenta em crescimentos pontuais da receita própria - taxas, multas e venda de bens e serviços - sem enquadramento claro que sustente estes aumentos.

Destacam-se:



Handwritten notes and signatures in blue ink, including 'A', 'ep', and a large 'X'.

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

- *O aumento de 49% na Ocupação da Via Pública, sem esclarecimento quanto ao cumprimento do princípio da média dos últimos 24 meses;*
- *O crescimento de 46% na Venda de Bens e Serviços, sem fundamentação detalhada e verificável;*
- *Projeções de aumento nas receitas de equipamentos desportivos que não encontram explicação nem correspondência com o nível de investimento previsto.*

Não se justifica o aumento de cerca de 40% na receita do Complexo Desportivo das Avenidas Novas, não se explica porque não existe qualquer receita associada ao Ginásio, não se justifica o aumento de 95% na receita do Polidesportivo da Filipe da Mata, nem o aumento de 49% na receita do Pavilhão Desportivo das Avenidas Novas.

O investimento previsto é de apenas 31.952 €, com manutenção fixada em 45.000 €, apesar do orçamento assumir um aumento significativo da utilização dos equipamentos. Trata-se de investimento fragmentado e sem impacto estrutural.

No Espaço Público, apesar do discurso de prioridade constante das Notas de Enquadramento, o investimento total previsto é de 146.238 €, distribuído por ações avulsas, sem qualquer estratégia clara de requalificação estrutural.

Nas Zonas Verdes, o orçamento prevê 246.100 €, mas apenas 100 € são destinados a sistemas de rega. Além disso, o valor de 246.000 €, relativo à manutenção das Zonas Verdes fica muito aquém dos 325.102 € previstos em 2025, representando uma redução de cerca de 24%. Num contexto de alterações climáticas e escassez hídrica, esta opção demonstra ausência de estratégia e visão de sustentabilidade.

Em todas estas áreas — Desporto, Espaço Público e Zonas Verdes — o denominador comum é claro: mais utilização, mais exigência e mais pressão, mas menos investimento estrutural.

Na área social e sénior, a incoerência entre discurso, despesa e receita é igualmente evidente. As receitas associadas a Passeios Sociais, Colónias e outros programas aumentam de forma significativa — em alguns casos perto de 90% — ao mesmo tempo que a despesa nestas áreas é reduzida ou não reforçada. Em contraste, projetos apresentados como estruturantes, como a UNANTI, registam crescimentos residuais, dificilmente compatíveis com a centralidade que lhes é atribuída no discurso político.

Também no domínio da saúde e dos serviços de proximidade, a receita cresce em rubricas como a Psicologia Clínica, sem que exista qualquer explicação. Esta ausência de explicação contrasta com a narrativa de reforço da promoção da saúde, que não encontra tradução nem na despesa nem na fundamentação da receita.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

Do lado da Despesa, analisou-se a estrutura da despesa com pessoal, porque ela condiciona todo o resto. O Mapa de Pessoal foi aprovado sem ter sido acompanhado do Orçamento e sem que, em momento algum, tenha sido apresentada uma avaliação clara do seu impacto financeiro.

Nem no Mapa de Pessoal nem no Orçamento existe uma quantificação dos custos associados às novas admissões, à criação de postos de trabalho ou à reorganização interna. Ora, é pouco credível que essa informação não exista. Os serviços têm necessariamente esses cálculos, porque ninguém gere recursos humanos sem conhecer os respetivos custos. O problema, portanto, não parece ser técnico; parece ser político. A informação existe, mas mais uma vez, não é partilhada com o Executivo, impedindo uma decisão informada e um escrutínio sério.

A esta omissão soma-se o facto de estarem já aprovados aumentos salariais obrigatórios, a atualização da Remuneração Mínima Mensal Garantida e o aumento do subsídio de refeição. Estes dados são conhecidos, os serviços sabem exatamente quantos trabalhadores são abrangidos por cada medida e qual o custo anual associado. Ainda assim, o Orçamento não apresenta esses números.

Apesar do discurso constante nas Notas de Enquadramento Orçamental, a análise possível dos mapas orçamentais revela uma realidade substancialmente diferente. Em 2026, a despesa com pessoal aumenta cerca de 26%, passando a representar aproximadamente 67% da despesa total, um valor que, por si só, levanta preocupações sérias quanto à sustentabilidade financeira da Junta.

Mais relevante do que o aumento global é a composição deste crescimento. Destaca-se o acréscimo da despesa com pessoal em regime de tarefa ou avença, que passa de 878.308 € em 2025 para 1.017.638 € em 2026, ultrapassando a barreira de 1 milhão de euros. Este montante corresponde a cerca de 51% do custo do pessoal dos quadros, num contexto em que o Mapa de Pessoal é simultaneamente reforçado, o que agrava ainda mais a rigidez da estrutura de despesa. Este cenário contrasta frontalmente com o que é afirmado nas Notas de Enquadramento Orçamental, onde se refere existir um esforço contínuo para reduzir a contratação de serviços em regime de avença.

Associado a isto, surgem outras opções difíceis de compreender. As rubricas relativas às alterações obrigatórias e facultativas de posicionamento remuneratório apresentam valor zero, o que só pode indiciar que em 2026, nenhum trabalhador da Junta verá o seu posicionamento remuneratório alterado.

À suborçamentação da despesa com pessoal soma-se ainda o recurso excessivo à rubrica de Outros Trabalhos Especializados, que continua a apresentar valores elevados e uma formulação vaga, sendo utilizada, na prática, para acomodar situações de avença e de prestação continuada de serviços. Este padrão é particularmente evidente no Apoio Técnico à Atividade, cuja dotação passa de 173.026 € em 2025 para 204.175 € em 2026, um aumento de



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

42%. Esta opção tem um impacto direto na **transparência do orçamento**, ao transferir para uma rubrica genérica de aquisição de serviços custos que, pela sua permanência e regularidade, deveriam estar claramente identificados como **despesa com pessoal**. Trata-se de um expediente que permite **contornar limites formais, ocultar vínculos permanentes e reduzir artificialmente o peso real da despesa com pessoal**, falseando a leitura global do orçamento e dificultando o escrutínio político das opções assumidas.

Convém recordar que a elaboração do orçamento obedece a **regras claras e vinculativas**. Uma dessas regras fundamentais é que **toda a despesa com pessoal tem de estar integralmente prevista**, incluindo progressões, alterações remuneratórias e encargos legais conhecidos.

Depois de absorvidos estes aumentos e opções, importa perceber o que sobra para o restante funcionamento da Junta. E a resposta é preocupante: sobram cerca de 2 milhões de euros para assegurar toda a atividade operacional, logística e diária dos serviços, bem como desenvolver projetos em prol dos fregueses.

Os combustíveis e lubrificantes sofrem um corte de 77%, ficando limitados a cerca de 15 mil euros.

As comunicações baixam 28%, comprometendo a capacidade de resposta dos serviços, e a vigilância e segurança sofrem um corte de 50%, sem qualquer avaliação de risco conhecida que sustente esta opção.

Perante a estrutura orçamental apresentada, torna-se evidente que o alegado equilíbrio assenta numa base frágil e insustentável. **Com 67% da despesa comprometida com custos fixos de pessoal**, a margem de manobra futura é praticamente inexistente, o que coloca sérias dúvidas sobre a capacidade da Junta para garantir o equilíbrio financeiro em 2026.

Esta lógica torna-se ainda mais evidente quando se analisam as **áreas sociais e estratégicas** da freguesia.

No **Setor de Apoio à 3ª Idade**, a comparação entre os valores de 2025 e 2026 demonstra que a política para a **terceira idade** não só não é reforçada, como é **deliberadamente desvalorizada**. Projetos estruturantes como a **UNANTI** sofrem um corte de cerca de 15%, os **Passeios Sénior** registam uma redução próxima dos 26%, e iniciativas como o **SOS Repara** mantêm uma dotação meramente simbólica, completamente desajustada face às necessidades reais de uma população envelhecida e cada vez mais vulnerável.

Estes cortes tornam-se ainda mais graves quando confrontados com o discurso político constante nas **Notas de Enquadramento Orçamental**, onde a terceira idade é apresentada como prioridade estratégica. A realidade dos mapas financeiros desmente esse discurso: **não há reforço, não há novos projetos e não há investimento proporcional**. O que existe é uma política de contenção disfarçada de continuidade.



A M
H
X
H. Almeida

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

Perante estes factos, torna-se inevitável concluir que, apesar do discurso, a terceira idade não é uma prioridade real deste Executivo. Quem hoje viabiliza este orçamento terá de responder politicamente amanhã pelos seus efeitos, quando a falta de investimento se traduzir em menor capacidade de apoio, menor proximidade e maior exclusão social.

Na educação, a análise detalhada do orçamento confirma que o corte de cerca de 53% nesta área. Este desinvestimento contrasta de forma evidente com o conteúdo das Notas de Enquadramento Orçamental, onde é apresentado um discurso ambicioso, com a enumeração de múltiplos projetos, iniciativas pedagógicas, programas de inclusão, atividades intergeracionais, reforço da educação inclusiva, materiais pedagógicos e parcerias com escolas e entidades externas.

O contraste entre o que é afirmado nas Notas de Enquadramento Orçamental e o que é efetivamente orçamentado evidencia uma clara incoerência política. Perante estes factos, verifica-se que esta é a política de educação do CDS, menos investimento, menos intervenção estrutural e uma redução significativa do papel da Junta numa área estratégica.

Na saúde, a discrepância entre discurso e realidade orçamental é igualmente evidente. As Notas de Enquadramento Orçamental apresentam um conjunto vasto de intenções: promoção de hábitos saudáveis, prevenção, envelhecimento ativo, cuidados domiciliários, saúde mental, rastreios, gabinete integrado de saúde com serviços médicos e de enfermagem, parcerias estratégicas e campanhas de sensibilização.

Todavia, a análise dos mapas financeiros revela que, apesar de um valor global ligeiramente superior em 2026, a despesa limita-se essencialmente a encargos técnicos e obrigatórios, como a recolha de resíduos asséticos e a gestão corrente de instalações. Não se identificam dotações específicas nem programas estruturados que sustentem as múltiplas iniciativas anunciadas nas Notas de Enquadramento Orçamental.

Na prática, não há prevenção efetiva, não há promoção estruturada da saúde, não há política pública consistente — existe apenas gestão mínima e reativa. Esta opção demonstra que a saúde não constitui uma prioridade política efetiva.

No domínio do bem-estar animal, pelouro assumido pela Iniciativa Liberal, a divergência entre o discurso político e a realidade orçamental é particularmente evidente. Nas Notas de Enquadramento Orçamental, o Presidente apresenta um conjunto amplo de intenções, projetos e compromissos, que incluem ações de prevenção, apoio veterinário, controlo de colónias, parcerias com associações, programas de proximidade e a construção e modernização de parques caninos.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

Contudo, este enunciado **não encontra qualquer correspondência nas Grandes Opções do Plano nem no orçamento**. Em 2026, o bem-estar animal resume-se, na prática, a **uma única rubrica no valor de 29.520 €**, correspondente a um **contrato de avença**, sem que seja identificado **qualquer projeto, ação ou iniciativa concreta** que sustente as medidas anunciadas.

Mais grave ainda, **vários dos projetos expressamente referidos nas Notas de Enquadramento — incluindo os parques caninos — desaparecem por completo das GOP**, sem qualquer explicação ou reprogramação financeira. Esta contradição revela não apenas a fragilidade do planeamento, mas também uma **falta de transparência política**, ao apresentar intenções que não se materializam em opções orçamentais verificáveis.

Depois de, em anos anteriores, existirem projetos e iniciativas concretas nesta área, o orçamento de 2026 limita-se a uma despesa isolada, desprovida de enquadramento estratégico. Esta opção traduz uma **responsabilidade política clara**: o pelouro existe, a despesa existe, mas **a política pública não**.

O **empreendedorismo** não existe em termos orçamentais, e a **mobilidade** surge completamente desprovida de investimento estruturado ou de projetos concretamente identificados. Trata-se, aliás, de pelouros atribuídos à **Iniciativa Liberal** que não constam sequer do Regulamento Orgânico da Junta de Freguesia, nem se encontram devidamente enquadrados nas **Grandes Opções do Plano**, o que revela a inexistência de uma base formal e estratégica para a sua atuação.

Esta ausência torna-se ainda mais grave quando confrontada com o próprio texto das Notas de Enquadramento Orçamental, que enumera um vasto conjunto de intenções no domínio do **Empreendedorismo, Economia, Comércio Local e Inovação**. Do mesmo modo, são anunciadas medidas ambiciosas na área da **mobilidade**, todavia, **nenhuma destas iniciativas encontra correspondência efetiva nas Grandes Opções do Plano nem tradução concreta em dotações orçamentais identificáveis**, o que demonstra que estamos perante um exercício meramente declarativo. Entre o discurso político e os instrumentos de planeamento e financiamento existe um vazio evidente.

Estas opções evidenciam **prioridades políticas claras**, remetendo áreas fundamentais para um plano secundário.

Perante este enquadramento, é inevitável concluir que este é **o orçamento do Presidente**, e não um orçamento construído de forma colegial. Não sabemos se reflete o contributo dos vogais com pelouros, mas não reflete de certeza o contributo dos vogais do PSD sem pelouros, que **foram deliberadamente afastados do processo de elaboração orçamental**.

Quando juntamos todas estas peças — crescimento acentuado da despesa permanente, dependência elevada de trabalho externo, cortes pouco credíveis no funcionamento, omissões em rubricas legalmente sensíveis e



ATA Nº 8 | MANDATO 2025 - 2029

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 18 DE DEZEMBRO DE 2025

subfinanciamento de áreas sociais — o resultado é um orçamento que não transmite confiança nem previsibilidade. Um orçamento que parece equilibrado hoje, mas que tudo indica será corrigido amanhã.

Um orçamento não se avalia apenas pela igualdade entre receita e despesa. Avalia-se pela sua honestidade interna, pela coerência das opções e pela confiança que gera na sua execução. E este orçamento, infelizmente, não reúne essas condições.

Não acreditamos que seja executável tal como está apresentado. Não acreditamos que os cortes no funcionamento sejam reais. E não acreditamos que as omissões identificadas não venham a traduzir-se em reforços futuras. Por isso, de forma responsável e consciente, não podemos acompanhar politicamente esta proposta.

A nossa posição é, por isso, a abstenção. Abstemo-nos porque este orçamento não traduz uma visão de futuro para a freguesia, não reflete as nossas propostas nem a nossa conceção de desenvolvimento local, contém ilegalidades e fragilidades que não podemos caucionar e resulta de um processo sem diálogo efetivo. Ao mesmo tempo, não bloqueamos o funcionamento da Junta, mantendo uma postura construtiva, de escrutínio responsável e de compromisso com a legalidade, a transparência e o interesse público.

Avenidas Novas, 18 de dezembro de 2025

Os Vogais do PSD

Hugo Sousa, Jorge Barata, Odília Vieira.” -----

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 30 minutos, e nos termos do disposto no art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi lavrada a presente ata a qual, depois de lida e achada conforme, vai ser aprovada e assinada por todos os presentes. -----